

14ª Edição 2025 | 23, 24 e 25 de outubro
Salvador, Bahia (Região Nordeste)

A EXPERIÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO AMAPÁ NA DESARTICULAÇÃO DA GANGUE GK2 POR MEIO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA

André Luis Souza Marques de Carvalho
Mestrando em Administração Pública
Universidade Federal do Rio Grande
andrecarvalho20@hotmail.com

Tiarajú Alves de Freitas
Doutor em Economia Aplicada
Universidade Federal do Rio Grande
tiarajufreitas@furg.br

João Francisco Garcia Reis
Doutor em Ciências de Desenvolvimento Socioambiental
Instituto de Ensino de Segurança do Pará
garcia36911@gmail.com

14ª Edição 2025 | 23, 24 e 25 de outubro
Salvador, Bahia (Região Nordeste)

Resumo

O objetivo geral deste estudo é descrever a experiência desenvolvida pela Polícia Militar do Amapá (PMAP) através dos princípios da polícia comunitária, na desarticulação da gangue GK2 (Gangue do Képe 2), na cidade de Macapá/AP, em 1998. O trabalho realizado pela PMAP consistia em uma nova gestão de serviços na área de segurança pública, sob a filosofia da polícia comunitária. Com esse objetivo, foi uma pesquisa bibliográfica, respaldada em fontes consideradas essenciais para a fundamentação teórica deste trabalho. A pesquisa demonstra que a PMAP, diante de sua atuação, consegue reduzir os índices de criminalidade e violência pela metade na região.

Palavras-chave: Administração Pública. Polícia Comunitária. Segurança Pública.

Abstract

The overall objective of this study is to describe the experience developed by the Amapá Military Police (PMAP), using the principles of community policing, in dismantling the GK2 gang (Gangue of the Képe 2) in the city of Macapá, Amapá, in 1998. The PMAP's work involved remanufacturing public safety services under the philosophy of community policing. To this end, it conducted bibliographical research, supported by sources considered essential to the theoretical foundation of this work. The research demonstrates that the PMAP, through its efforts, has managed to reduce crime and violence rates in the region by half.

Keywords: Public Administration. Community Policing. Public Safety.

14ª Edição 2025 | 23, 24 e 25 de outubro
Salvador, Bahia (Região Nordeste)

1. INTRODUÇÃO

A polícia comunitária, também chamada de polícia interativa, surgiu no Brasil na década de 1980, em um contexto de carência de métodos e instrumentos de gestão para auxiliar as unidades da Polícia Militar a desenvolverem novos serviços públicos de prevenção com maior rapidez, qualidade e eficiência. Essa filosofia baseia-se em uma nova parceria entre a população e a polícia, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida local (CERQUEIRA, 2001).

Essa proposta apresenta-se como uma filosofia e estratégia organizacional que estabelece uma relação colaborativa entre a Polícia Militar e a população. Nesse processo, ambas as partes devem trabalhar conjuntamente para identificar, priorizar e resolver problemas como criminalidade, tráfico de drogas e desordens diversas (TROJANOWICZ; BUCQUEROUX, 1999).

Parte-se da hipótese de que a aplicação dos princípios da polícia comunitária pela PMAP contribui de forma decisiva para a redução dos índices de criminalidade.

O objetivo geral deste estudo é descrever a experiência desenvolvida pela Polícia Militar do Amapá, com base nos princípios da polícia comunitária, para desarticular a gangue GK2, na cidade de Macapá, no ano de 1998. A pergunta que norteia esta pesquisa é: "Quais as estratégias utilizadas pela PMAP na desarticulação da gangue GK2?"

A realização deste estudo justifica-se pela importância do trabalho desenvolvido pela PMAP junto à sociedade amapaense, tendo em vista que sua atuação contribuiu significativamente para a redução da criminalidade, conforme apontam estudos e pesquisas do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI (BRASIL, 2007).

Este artigo está estruturado em cinco seções: além desta introdução, apresenta-se o referencial teórico sobre a polícia comunitária no Brasil e no mundo; a metodologia utilizada na pesquisa; os resultados e discussões da experiência da PMAP na desarticulação da gangue GK2; e, por fim, as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O capítulo se divide em 2.1 Polícia Comunitária e 2.2 Polícia Comunitária no Mundo e no Brasil, onde na primeira será explanado sobre os conceitos de polícia comunitária e na segunda serão mostrados os modelos de polícia comunitária nos Estados Unidos, no Canadá, no Japão e no Brasil.

2.1. POLÍCIA COMUNITÁRIA

A polícia comunitária tem como base conceitual uma filosofia organizada e baseada na ideia de uma polícia prestadora de serviços públicos, com o objetivo de atingir o bem comum da comunidade na qual está inserida na formação de uma sociedade pacífica e em ordem (MACHADO, 2020; SASSADA, 2023).

14ª Edição 2025 | 23, 24 e 25 de outubro
Salvador, Bahia (Região Nordeste)

Assim, a polícia comunitária representa o marco na mudança do conceito de força policial para serviços policiais, pois trata-se de uma polícia que trabalha orientada para proteger todas as pessoas da comunidade, buscando servi-las para construir uma vida social harmoniosa e tranquila. Trojanowicz (1994, p. 04) define polícia comunitária como:

É uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crimes, drogas, medo de crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com objetivo de melhorar a qualidade geral de vida nessas áreas.

Para Cerqueira (2001), a base desta filosofia é a comunidade, para quem a polícia direciona seus esforços, buscando junto à comunidade, compreender os seus anseios e as suas preocupações, a fim de traduzi-los em procedimentos de segurança. Com a ajuda do cidadão, a polícia passa a conhecer a sua realidade e diante disso atuar sobre ela.

Portanto, a proposta de polícia comunitária oferece uma resposta tão simples que parece ilusória, uma vez que personaliza a polícia e permite que ela se torne uma presença comum junto à comunidade na atuação conjunta para diminuir a criminalidade local através da prestação de serviço público.

2.2. POLÍCIA COMUNITÁRIA NO MUNDO E NO BRASIL

A discussão acerca dos novos modelos para emprego operacional e jurídico das polícias acontece em um contexto mundial. Vários países têm-se mostrado insatisfeitos com as metodologias empregadas pelas suas instituições, fazendo com que aumente a discussão em todo o mundo. Segundo Medeiros (2008), são muitas as ações de implementação do polícia comunitário a nível mundial, uma vez que as experiências internacionais incidiram nas agências policiais de diversos países.

Nos Estados Unidos (EUA), a ideia do relacionamento polícia e comunidade denominado polícia comunitária tiveram origem na década de 60, baseado no sistema de policiamento de quarteirão. Com o desenvolvimento social aumentaram-se os problemas sociais, obrigando assim as polícias a seguirem outros caminhos, sendo que um deles foi aparelhar os policiais com equipamentos e viaturas (SILVA, 1990).

A partir dos relatos expostos por Trojanowicz e Bucqueroux (1999), é mencionado que as experiências de patrulhamento a pé que começaram nas cidades de Flint e Newark, simultaneamente, nos Estados americanos de Michigan e New Jersey. No entanto, algum tempo depois, as viaturas passaram a substituir o patrulhamento nos problemas de segurança, onde passou-se a se preocupar apenas com atendimento de chamadas.

Na década de 80, as polícias americanas estavam em processo de observação com relação a uma forma intermediária nos atendimentos, para tornar mais eficiente a proteção da população. A título de exemplo, ressalta-se que em Flint, estado de Michigan, foi adotado o policiamento a pé, direcionado para atender a comunidade, sendo que houve uma redução significativa nos índices de determinados crimes (TROJANOWICZ; BUCQUEROUX, 1999).

14ª Edição 2025 | 23, 24 e 25 de outubro
Salvador, Bahia (Região Nordeste)

O policiamento comunitário americano (que é a execução da filosofia de polícia comunitária), segundo Medeiros (2008) destacou-se a partir do Programa “Tolerância Zero” realizado na cidade de Nova Iorque, que ajudou na divulgação dos princípios teóricos do modelo comunitário para o mundo inteiro. O Programa exige a participação integrada de todos os órgãos públicos locais, fiscalizados pela comunidade. Não é uma ação apenas da polícia. A cidade que implementou este Programa com destaque foi Nova Iorque que, devido o excepcional gerenciamento, reduziu em quase 70% a criminalidade na cidade (MEDEIROS, 2008).

No Canadá, Peres (2004) explica que o entendimento de participação comunitária no Canadá está bem presente em todos os organismos policiais do país, e apresenta afinidades ao sistema americano de polícia, que são municipais. Lá ocorreu uma grande redução dos índices de violência e criminalidade, uma vez que o policiamento comunitário não concorda com a violência.

Algumas forças policiais canadenses adotaram a estratégia de policiamento de grupos fundamentados em zonas ou bairros, visto que em algumas cidades canadenses, como Montreal e Winnipeg, as patrulhas eram realizadas a pé, com objetivo de se aproximar das comunidades (MEDEIROS, 2008).

A Real Polícia Montada do Canadá (RCMP) coordena os trabalhos das polícias canadenses, estabelecendo normas padrões e treinamento em todo o país. A estrutura policial e seus serviços são todos voltados para o emprego da polícia comunitária. Conforme Marcineiro e Pacheco (2009, p. 13) afirmam “o modelo das polícias canadenses é descentralizado, pois a maioria dessas polícias é municipal, e todas desenvolvem os serviços de policiamento e investigação de forma integrada”.

Já no Japão foi implementado o sistema de postos policiais “KOBAN”, que são pequenas estações localizadas em pontos estratégicos, sendo que os policiais geralmente moram junto a estes postos, e essa aproximação os torna membros familiarizados com a comunidade. E apesar da maior parte da literatura destacar os americanos como os fundadores desse modelo, Skolnick e Bayley (2002) ressaltam que o modelo de policiamento comunitário japonês é avaliado como o mais antigo do mundo, além de ser o mais bem praticado e constituído entre todos os países que adotam a filosofia de polícia comunitária.

Por sua eficácia na prevenção de delitos, que são considerados um dos mais baixos índices do mundo, alcançou reconhecimento junto à população, que de fato se sente segura. Com isso, ocorreu um crescimento no número de países que passaram primeiramente a estudar para que em seguida pudesse implantar a experiência japonesa (SILVA, 1990).

No Brasil, o modelo de policiamento comunitário nasceu nos anos 80 a partir de uma grande transformação social que culminou com a Constituição de 1988 (CF/88), período em que o povo brasileiro protestava por paz e segurança em busca de uma segurança pública de qualidade e de uma polícia mais responsável, de acordo com os preceitos estabelecidos na CF/88 (MEDEIROS, 2008).

Diante disso, Skogan (2002, p. 117) contribui afirmando que “a polícia comunitária foi introduzida no Brasil nos anos 80, tendo como principal precursor e defensor o Coronel Carlos Nazareth Cerqueira da Polícia Militar do Rio de Janeiro”, a ideia introdutória de transformações na forma de atuação das Polícias Militares junto às comunidades passou a existir junto com o processo de abertura política, especificamente no Rio de Janeiro em 1984/85, no período de governo de Leonel Brizola.

14ª Edição 2025 | 23, 24 e 25 de outubro
Salvador, Bahia (Região Nordeste)

A introdução do conceito de polícia comunitária aconteceu juntamente com o período de abertura democrática e com a Constituição Federal de 1988, quando esta passou a regulamentar dois elementos constitutivos básicos do conceito de cidadania, sendo estes a democracia e a participação popular (ZAVERUCHA, 2005).

Em 1991, a Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) agenciou o primeiro congresso de Polícia e Comunidade. No entanto, ela manteve a filosofia de policiamento comunitário somente no que se refere à distribuição de seus carros de patrulha em determinados setores geográficos, ou seja, concentrou apenas o patrulhamento de áreas geográficas, não aplicando efetivamente as questões relativas à descentralização de comando, maior autonomia ao policial de ponta e melhoria das relações com a comunidade através de contatos com comerciantes ou visita a moradores.

No ano de 1993, inicia-se um projeto piloto de policiamento comunitário na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), mais especificamente no bairro de Copacabana, que acabou por não obter resultados positivos, uma vez que houve a tentativa de mudar toda uma lógica cultural dentro de uma instituição sesquicentenária, autoritária e com inúmeros problemas estruturais e de natureza contrária às inovações na forma de agir (MUNIZ et al, 1997).

3. METODOLOGIA

O propósito mais amplo desta pesquisa é contribuir para a discussão acerca de um estudo bibliográfico sobre o trabalho desenvolvido pela polícia comunitária no Amapá, mais especificamente na experiência desenvolvida pela PMAP, em 1998. Sendo assim, os procedimentos metodológicos necessários à realização deste trabalho partiram de uma pesquisa bibliográfica, que para Severino (2007, p. 122) é “aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos como livros, artigos, teses, etc.”.

O estudo bibliográfico é o suporte teórico do pesquisador, que utiliza material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com materiais disponibilizados na Internet. Ressalta-se que a pesquisa se apresenta como uma estratégia de investigação, dado que o levantamento bibliográfico consiste basicamente na recuperação dos dados impressos ou dos arquivos eletrônicos (SEVERINO, 2007).

Nessa mesma linha, os resultados obtidos por intermédio da pesquisa bibliográfica auxiliam no desenvolvimento de todas as fases e instâncias da investigação empreendida, dado que este tipo de pesquisa elege uma problemática de pesquisa e, a partir disso, estabelece um escopo para ser pesquisado na literatura (ECO, 2008).

Portanto, a pesquisa bibliográfica envolve os dados que serão apresentados a partir das distintas concepções, os fundamentos, as correntes teóricas, os autores mais importantes, bem como posicionar-se claramente em relação a cada um deles sobre a temática em questão.

14ª Edição 2025 | 23, 24 e 25 de outubro
Salvador, Bahia (Região Nordeste)

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Macapá é a capital e maior cidade do estado do Amapá, localizando-se no sudeste do estado, sendo considerada a única capital brasileira a não possuir interligação por rodovia a outras capitais. O referido município é cortado pela Linha do Equador, sendo que se localiza às margens do rio Amazonas. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2022 revelam que a população da cidade é de 442.933 habitantes, sendo a 52ª cidade mais populosa do Brasil e a 5ª cidade mais populosa da Região Norte. Atualmente, pouco mais de 60% da população do estado vive em Macapá, onde esta passa por um momento de crescimento tanto econômico quanto populacional, o que vem mudando o seu cenário e atraindo investimentos externos para o Estado.

Porém no ano de 1998, o contexto era muito diferente, pois a cidade sofria com a violência de gangues como, por exemplo a gangue GK2 que era chefiada por Eliseu dos Santos Almeida, a qual era considerada pela sociedade macapaense como a mais violenta do município, causando terror nos moradores dos bairros do Perpétuo Socorro, Cidade Nova 1 e Cidade Nova II. Seus integrantes tinham uma faixa etária de 20 anos e com diversas passagens pela polícia por roubo, extorsão e agressão. Os integrantes da gangue usavam o punhal como arma predileta.

Ressalta-se que a violência desenfreada causada pelos integrantes da gangue era estimulada devido às péssimas condições de vida dos moradores dos bairros, que eram considerados historicamente marginalizados e abandonados, dado que segundo Skolnick e Bayley (2002, p. 67) “as condições sociais como renda, desemprego, população e heterogeneidade social, são indicadores muito mais importantes de variação nas taxas de crime e de resolução de crimes”.

O alvo da gangue GK2 era a Feira do Pescado e parte do bairro Perpétuo Socorro, localizado no centro comercial do bairro Perpétuo Socorro às margens de um canal (igarapé) que está ligado ao rio Amazonas. Os comerciantes na época não estavam imunes aos furtos, assim como depredações ou pichação de seus estabelecimentos comerciais (BRASIL, 2002).

O processo de desarticulação da Gangue GK2 iniciou-se com a criação dos Anjos da Paz, na qual faziam parte os mesmos integrantes da gangue mais violenta de Macapá e que evidencia-se que esse processo se deu através de infiltração do Soldado Ailton Cardoso Chaves na Gangue GK2, com objetivo de ganhar a confiança dos seus integrantes por meio do diálogo e da “catequização social”, isto é, alertando os jovens para os constantes e crescentes riscos que a persistência no crime acarretava para suas vidas (BRASIL, 2002).

O Capitão Francisco dos Santos Costa foi o primeiro comandante da polícia comunitária do bairro Perpétuo Socorro, que buscou valorizar a conversão¹ das gangues para o trabalho social. Ressalta-se que esse programa foi responsável pela ressocialização de muitos jovens que hoje atuam como pessoas de bem na sociedade amapaense.

Dessa forma, para trazer a comunidade até a polícia foi necessário cumprir todas as etapas de um longo e tranquilo trabalho de aproximação com os moradores do bairro Perpétuo Socorro, visando a quebra de resistência e de conquista da sua confiança, norteado pelos princípios da polícia interativa.

14ª Edição 2025 | 23, 24 e 25 de outubro
Salvador, Bahia (Região Nordeste)

O Soldado Cardoso relatou que a maioria das pessoas não acreditava que o trabalho fosse dar certo, mas estava confiante e que o diálogo era a melhor arma para se resolver conflitos e logo que foi transferido para o Batalhão de Polícia Interativa do bairro Perpétuo Socorro (BRASIL, 2002).

A atuação de Cardoso deu-se com muita coragem e humanidade na época em que se infiltrou na gangue GK2 para tentar ajudá-los a sair do mundo da criminalidade, dando para os jovens da época um momento de escolha, situação essa que além de inseri-los novamente na sociedade, também deu para os moradores do bairro Perpétuo Socorro a tranquilidade e a segurança que tanto almejavam (BRASIL, 2002).

Segundo Brasil (2002, p. 39), após a transformação do grupo que deu origem aos Anjos da Paz, Eliseu, o líder da gangue GK2 passou a ser “coordenador dos Anjos da Paz, [...] entre outras funções, cumpre a missão de zelar pela segurança da Feira do Pescado”, local antes aterrorizado por ele e seus colegas.

Eliseu, como os demais cinco integrantes do Anjos da Paz, passaram a viver exclusivamente do salário pago pelos comerciantes da Feira do Pescado, que no período era cerca de R\$ 800,00 mensais, pois com esse dinheiro sustentava a família composta pela mulher e dois filhos (BRASIL, 2002).

O trabalho do ex-líder da GK2, além de ser segurança do local, dedicava parte do dia às atividades comunitárias do Anjos da Paz, que acolhia cerca de 26 (vinte e seis) rapazes e moças em situação de risco que, através de cursos, recebiam desde lições de higiene pessoal a aulas de informática, além de participarem dos cursos de francês, assim como os trabalhos manuais de serigrafia e grafite que são expostos como exemplo do trabalho realizado pelos integrantes do Anjos da Paz (BRASIL, 2002).

As estratégias da filosofia de polícia interativa seguem os mesmos princípios da polícia comunitária, que apresenta um caráter preferencialmente preventivo, pois ressalta-se que as estratégias visam não apenas reduzir o número de crimes, mas também reduzir o dano da vítima e da comunidade e modificar os fatores ambientais e comportamentais (MEDEIROS, 2008).

A proposta da polícia interativa implica em uma mudança de paradigma no modo de ser e de estar a serviço da comunidade e, consequentemente, em uma mudança de postura profissional perante o cidadão. Diante do exposto, Cerqueira (2001, p. 23) relata que a estratégia adotada pela polícia interativa parte do “controle e a prevenção do crime como o resultado da parceria articulados com os recursos comunitários”, que passaram a ser considerados instrumentos essenciais para a prevenção da criminalidade.

O novo modelo de gestão do serviço público de policiamento resultou na diminuição surpreendentemente rápida dos índices de criminalidade nos bairros Perpétuo Socorro, Cidade Nova I e Cidade Nova II. A queda foi visível já no início do funcionamento da polícia interativa: antes de sua instalação, a região registrava a média mensal de mais de 400 ocorrências, entre homicídios, furtos, roubos e agressões, e a partir da implantação da polícia interativa, três meses depois, esse índice baixou para 202 ocorrências, mantendo-se estável (BRASIL, 2007).

14ª Edição 2025 | 23, 24 e 25 de outubro
Salvador, Bahia (Região Nordeste)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa bibliográfica realizada, constata-se que a polícia comunitária busca alternativas para reduzir a violência e a criminalidade com o apoio da comunidade na identificação, priorização e solução de problemas relativos à segurança pública. A parceria entre polícia e comunidade é o alicerce dessa filosofia.

O caso analisado revela que, com a implantação da polícia interativa nos bairros Perpétuo Socorro, Cidade Nova I e Cidade Nova II, os resultados foram expressivos. A criminalidade foi reduzida significativamente, reflexo da presença ativa da polícia nas ruas e do diálogo com a população. Destacam-se o trabalho do Capitão Francisco dos Santos Costa e a atuação corajosa do Soldado Ailton Cardoso Chaves, que colocou em prática os princípios da polícia comunitária ao estabelecer relações com os jovens da gangue GK2, promovendo sua transformação social e reintegração comunitária.

As estratégias utilizadas pela PMAP, como o patrulhamento a pé e a participação efetiva nos espaços sociais do bairro, foram fundamentais para aproximar polícia e comunidade. Com isso, foi possível desarticular uma das gangues mais temidas de Macapá, contribuindo para uma nova realidade local.

Assim, a experiência da PMAP se mostra relevante não apenas para o estado do Amapá, mas também como referência para outros contextos urbanos que enfrentam desafios semelhantes na gestão da segurança pública.

Dessa forma, este estudo pode contribuir para a ampliação de pesquisas na área da segurança pública e da gestão comunitária, servindo como base para análises comparativas e aprofundamentos futuros. Em especial, abre caminhos para investigações sobre os impactos de práticas de policiamento comunitário em outras regiões e sobre a sustentabilidade de iniciativas como a da PMAP ao longo do tempo. Ressalta-se que esta pesquisa se concentrou em um estudo de caso específico, o que não esgota a complexidade do tema. Estudos futuros poderão explorar, por exemplo, os limites, desafios e condições para a replicação dessa experiência em diferentes contextos socioculturais e institucionais. não apenas para o estado do Amapá, mas também como referência para outros contextos urbanos que enfrentam desafios semelhantes na gestão da segurança pública.

No modelo de polícia comunitária, desenvolve-se em um trabalho de parceria polícia e comunidade ao qual visa superar as dificuldades e buscando soluções para a melhor qualidade de vida em sociedade, levando em consideração os princípios seguidos pela polícia comunitária.

A pesquisa realizada mostra que com a implantação da polícia comunitária (polícia interativa) no município de Macapá, especificamente nos bairros Perpétuo Socorro, Cidade Nova I e Cidade Nova II, os resultados foram admiráveis, pois a partir do trabalho realizado pela polícia, o índice de criminalidade no bairro teve uma redução praticamente pela metade já no início do funcionamento da polícia interativa: antes de sua instalação, a região registrava a média mensal de mais de 400 ocorrências, entre homicídios, furtos, roubos e agressões, caindo pela metade, aproximadamente.

E como foi explanado, após três meses de trabalho intenso pela polícia interativa, a queda nos índices de ocorrência foi possível em decorrência da presença policial nas ruas, onde a comunidade passou a colaborar maciçamente dialogando com os gestores da PMAP, em especial o Capitão Francisco dos Santos Costa e tendo o Soldado Ailton Cardoso Chaves colocado em prática as ideias da polícia comunitária, onde teve que interagir com os membros da gangue GK2 e assim ganhar a confiança dos jovens delinquentes. Outra estratégia

14ª Edição 2025 | 23, 24 e 25 de outubro
Salvador, Bahia (Região Nordeste)

desenvolvida pela polícia foi o patrulhamento a pé, o que permitiu uma maior interação entre a comunidade e os policiais.

Nesse sentido, foi mostrado nesta pesquisa os tipos de estratégias utilizadas pela polícia interativa nos bairros Perpétuo Socorro, Cidade Nova I e Cidade Nova II, no município de Macapá e que, a partir de sua atuação, foi possível a desarticulação de uma das gangues mais temidas e violentas da capital amapaense.

Portanto, a implantação da polícia comunitária nos bairros Perpétuo Socorro, Cidade Nova I e Cidade Nova II foi de suma importância para amenizar os índices de violência e criminalidade que atingia a comunidade. Diante disso, a realização deste estudo é de grande relevância para a Polícia Militar do Estado do Amapá, bem como para a sociedade, que comprova a partir do trabalho realizado pela polícia comunitária a eficiência do trabalho junto à comunidade.

Apesar dos resultados positivos obtidos com a redução dos índices de criminalidade e a reintegração de jovens em situação de vulnerabilidade, cabe discutir até que ponto a dependência de agentes individuais – como o Soldado Cardoso e o Capitão Francisco – e a falta de institucionalização da prática limitam a replicabilidade da experiência em outros contextos.

Por fim, este artigo possibilitará a ampliação de pesquisas nesse tema como também servirá de referência para pesquisadores que queiram se aprofundar no contexto na implantação da polícia interativa em Macapá, em especial a polícia comunitária nos bairros Perpétuo Socorro, Cidade Nova I e Cidade Nova II. Importante ressaltar que esta pesquisa se limitou ao estudo para o qual foi proposto e que novas pesquisas buscarão ampliar os conhecimentos explanados neste artigo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Policimento comunitário*. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Livro do Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária. Brasília: SENASP, 2002.

_____. *Policimento comunitário*. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Livro do Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária. Brasília: SENASP, 2007.

CERQUEIRA, C. M. N. *Do patrulhamento ao policiamento comunitário*. Coleção Polícia Amanhã – Textos fundamentais de polícia do Instituto Carioca de Criminologia. Rio de Janeiro: Ed. Freitas Bastos, 2001.

ECO, U. *Como se faz uma Tese*. 21.ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

MACHADO, A. M. R. *Polícia comunitária*: boas práticas na gestão da segurança pública. Porto Alegre: Editora Spazio Itália, 2020.

MARCINEIRO, N.; PACHECO, G. *Polícia comunitária*: evoluindo para a polícia do século XXI. São Paulo: Editora Insular, 2009.

14ª Edição 2025 | 23, 24 e 25 de outubro
Salvador, Bahia (Região Nordeste)

MEDEIROS, G. P. *Polícia comunitária: um estudo de caso da experiência do polo de gestão comunitária, no bairro da Pratinha.* Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Faculdade de Ciências Sociais. Belém/PA, 2008.

MUNIZ, J.; et al. O. Resistências e dificuldades de um programa de policiamento comunitário. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP.* São Paulo, v.9, maio, 1997, p. 197-213.

PERES, J. C. A. *Policíamento comunitário.* Porto Alegre: Polost, 2004.

SASSADA, R. *Polícia comunitária: uma jornada de transformação.* Vol. 1. São Paulo: Editora Lux, 2023.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico.* São Paulo: Editora Cortez, 2007.

SILVA, J. *Controle da criminalidade e segurança pública na nova ordem constitucional.* Rio de Janeiro: Forense, 1990.

SKOGAN, W. *Participação da Comunidade e Policiamento Comunitário:* parte II. São Paulo: EDUSP, 2003.

SKOLNICK, J.; BAYLEY, D. *Policíamento comunitário: questões e práticas através do mundo.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

TROJANOWICZ, R. *Policíamento comunitário: como começar.* Rio de Janeiro: PMERJ, 1994.

TROJANOWICZ, R.; BUCQUEROUX, B. *Policíamento comunitário: como começar* (tradução de Mina Seinfeld de Carakushansky). Rio de Janeiro: PMERJ, 1999.

ZAVERUCHA, J. *FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia.* Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.